

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.608 - SC (2019/0179402-0)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE XANXERÊ - SC  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE QUILOMBO - SC  
**INTERES.** : LUCAS GARDA  
**ADVOGADO** : DOUGLAS ÁVILA - SC045483  
**INTERES.** : FERNANDO TIAGO RAFALOSKI  
**ADVOGADOS** : JONES DEFILTRO - SC042952  
CLEVERSON SOTTILI - SC050725

### DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE XANXERÊ-SC**, suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE QUILOMBO-SC**, suscitado.

**Ação:** de Cobrança de Prestação de Serviços c.c. Indenização por Dano Moral e Material, ajuizada por Lucas Garda contra Fernando Tiago Rafaloski, objetivando seja o réu condenado ao pagamento do valor pactuado, pois, segundo afirma, não recebeu a integralidade dos dias trabalhados, além de indenização por danos morais e materiais experimentados.

**Decisão do Juízo suscitado:** declinou da competência em favor do juízo suscitante, sob o argumento de que a relação mantida entre as partes, "*caracterizada pela habitualidade e dependência*", revela existência de vínculo laboral (fl. 185).

**Decisão do Juízo suscitante:** suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de que "(...) *o autor em momento algum postula verbas ou direitos derivados de uma relação de emprego*", e em razão dos serviços contratados terem sido realizados na residência do réu, "*Trata-se, assim, de típica relação de consumo, uma vez que o autor oferta seus serviços na área da construção civil e estes são utilizados pelo réu na condição de destinatário final (artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor)*." (fl. 198).

**Parecer do Ministério Público Federal:** opinou pelo conhecimento do conflito e competência do juízo suscitante (fls. 212-216).

É o relatório.

**Decide-se.**

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d" da Constituição

# Superior Tribunal de Justiça

Federal.

2. A jurisprudência da Segunda Seção desta Corte entende que é competência da Justiça do Trabalho julgar lides decorrentes de contratos de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice, nos termos do art. 652, "a", III, da CLT.

Na situação dos autos, portanto, onde claramente o autor sustenta que prestou serviços de servente de pedreiro sem receber o pagamento pelo serviço realizado, claramente exsurge a natureza laboral da lide, atraindo, assim, a competência da justiça do trabalho.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. CONTRATO DE EMPREITADA. EMPREITEIRO OPERÁRIO.

1. De acordo com o art. 652, "a", III, da CLT, compete às Varas do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja o próprio operário ou artífice.

2. Competência que encontrava fundamento constitucional no caput do art. 114 da Constituição e, hoje, no inciso IX do art. 114 da CF/88, com a redação dada pela EC 45/2004. Precedentes.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitante.

(CC 111.295/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2011, DJe 17/05/2011)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS DE DIREITO E TRABALHISTA. RESÍDUO DE PAGAMENTO. SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADO POR METRAGEM. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DA JUSTIÇA TRABALHISTA QUE NÃO SE RESTRINGE À RELAÇÃO DE EMPREGO.

I - Havendo dissenso entre as Justiça do Estado e a Justiça do Trabalho, o pedido e a causa de pedir definem a natureza da lide e, por consequência, a competência *ratione materiae* para dirimí-la.

II - O artigo 114 da Constituição Federal não impõe à Justiça do Trabalho atuação exclusiva nas ações versando sobre relação de emprego. Ao contrário, atribui-lhe competência para julgar '...na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho...'.  
Compete às varas do trabalho conciliar e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice (CLT, art. 652, 'a', III).

Conflito conhecido e declarada a competência do juízo suscitante.

(CC n. 32.433/MA, Relator Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/9/2001, DJ 29/10/2001, p. 179.)

No mesmo sentido foi o parecer do i. representante do Ministério Público Federal, *litteris* (fls. 214-215):

(...)

10. Denota-se do supramencionado dispositivo que, sendo o empreiteiro operário ou artífice da obra, incumbe à d. Justiça Trabalhista processar e julgar a lide. Ressalte-se que a legislação não faz distinção entre ser a

# Superior Tribunal de Justiça

demanda proposta pelo dono da obra ou pelo empreiteiro, mas tão somente estipula que, havendo litígio sobre o contrato e sendo o profissional também operário ou artífice, justifica-se a fixação da competência especializada.

(...)

13. Todavia, na espécie, embora o ínclito julgador laborai tenha reconhecido ser o empreiteiro o trabalhador da obra, deixou de reconhecer sua competência sob fundamento diverso: ser a construção civil mera relação de consumo (fls. 197/198).

14. Ou seja, o r. magistrado não afastou a incidência do artigo 652. a. III. da CLT para justificar o deslocamento da competência, e sim entendeu que, por ter sido a demanda proposta pelo fornecedor do serviço contra o consumidor, deveria a demanda ser analisada pela v. Justiça Comum.

15. Assim, como visto, a fundamentação adotada pelo MM. Juízo Trabalhista não se coaduna com o texto expresso da CLT e com a jurisprudência consentânea dessa Augusta Corte Superior de Justiça, devendo, desse modo, ser reconhecida a competência da d. Justiça Especializada.

(...)

**3.** Do exposto, com fundamento no art. 955, *caput*, do NCPC c.c. Súmula 568/TJ **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE XANXERÊ-SC**, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator